

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

À Secretaria Municipal de Finanças / Setor de Tributos
Município de Retirolândia – BA

Assunto: Solicitação de liberação da funcionalidade de dedução de insumos no sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Requerente: K & K PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 17.350.200/0001-77

Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Finanças,

A empresa **K & K PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, acima qualificada, por meio de seu representante legal, o Sr. **Daniel Trabuco da Silva**, portador do CPF nº 985.555.705-06 e do cargo de Sócio Administrador / Diretor Financeiro, vem, respeitosamente, apresentar o presente:

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal, que assegura o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder, para:

- I – Questionar a legalidade do bloqueio da aba de dedução de insumos no sistema eletrônico de emissão de notas fiscais;
- II – Requerer a imediata liberação da referida funcionalidade;
- III – Registrar a possibilidade de adoção de medidas judiciais cabíveis, caso não haja deferimento do pedido.

1. DOS FATOS

No momento da emissão das Notas Fiscais de Serviços eletrônicas (NFS-e) através do sistema municipal, observou-se o bloqueio da aba de deduções (especificamente para insumos utilizados na execução dos serviços prestados), o que impede a apuração correta da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços – ISS. Tal medida, ao que parece, foi adotada sem previsão legal expressa, configurando restrição indevida ao direito do contribuinte de apurar e declarar corretamente o tributo devido.

Ressalta-se, ainda, que a empresa requerente presta serviços não apenas para o Município de Retirolândia, mas também para tomadores situados em outros entes federativos. Assim, o bloqueio unilateral da funcionalidade de dedução no sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas inviabiliza o correto cumprimento das obrigações fiscais perante outros municípios que permitem — ou até exigem — a exclusão de insumos da base de cálculo do ISS. Trata-se, portanto, de uma restrição desproporcional e tecnicamente inadequada, que extrapola a competência municipal ao interferir na regular emissão de documentos fiscais válidos em outros territórios.

CNPJ: 17.350.200/0001-77

Rua 31 de março, s/n, Centro – Retirolândia Bahia
Tel.: (75) 8127-2304 E-mail: kek.ps@hotmail.com

2. DO DIREITO À DEDUÇÃO DE INSUMOS E A BASE DE CÁLCULO DO ISS

O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003, devendo incidir exclusivamente sobre o preço do serviço, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ. A jurisprudência é pacífica no sentido de que insumos fornecidos pelo prestador – como materiais, peças, combustíveis e outros – não devem compor a base de cálculo do ISS, salvo quando o fornecimento estiver expressamente previsto como parte integrante do serviço.

Veja-se:

"É indevida a inclusão de valores correspondentes a materiais e insumos fornecidos pelo prestador na base de cálculo do ISS, salvo se o fornecimento for essencial e integrado ao próprio serviço prestado."
(STJ, REsp 1.111.234/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 1/2/2010 – Tema 118 dos recursos repetitivos)

Portanto, impedir a dedução desses valores equivale a exigir ISS sobre montante que não representa remuneração de serviço, mas sim reembolso de custos de terceiros, o que viola frontalmente o princípio da legalidade tributária (CF/88, art. 150, I).

3. DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A Lei Complementar Municipal nº 13/2018, que institui o Sistema Tributário e de Rendas do Município de Retirolândia, não contém qualquer norma que vede expressamente a dedução de insumos da base de cálculo do ISS ou que autorize o gestor tributário a bloquear a funcionalidade no sistema eletrônico. Aliás, o art. 45 da referida lei (seção do ISSQN), ao definir a base de cálculo do imposto, refere-se ao "preço do serviço" – o que deve ser interpretado em conformidade com a jurisprudência nacional e com os limites constitucionais da tributação. Além disso, à luz do que estabelece a própria Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), todos os atos da Administração Pública Municipal devem estar embasados em norma legal clara, objetiva e previamente publicada – o que não ocorre no caso em exame.

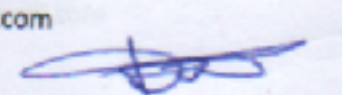
4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- 1- A imediata liberação da aba de dedução de insumos no sistema de emissão de notas fiscais de serviços eletrônicas, a fim de possibilitar que a base de cálculo do ISS reflita exclusivamente o valor do serviço prestado;
- 2- Considerando que o sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas possui **tecnicamente a funcionalidade de dedução de insumos**, a qual inclusive foi anteriormente liberada para esta empresa e ainda se encontra disponível para outros contribuintes locais, requer-se a **imediata reativação da funcionalidade para a K & K PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, de forma isonômica, evitando discricionariedade administrativa injustificada;

CNPJ: 17.350.200/0001-77

Rua 31 de março, s/n, Centro – Retirolândia Bahia
Tel.: (75) 8127-2304 E-mail: kek.ps@hotmail.com



- 3- A ciência formal do fundamento legal e administrativo que justificaria eventual negativa ao presente requerimento, sob pena de nulidade do ato por ausência de motivação (art. 2º da Lei nº 9.784/1999);
- 4- Que se reconheça o direito à dedução dos insumos empregados na execução dos serviços prestados, cuja comprovação poderá ser oportunamente apresentada, caso haja necessidade de verificação, respeitando-se os princípios da razoabilidade, da boa-fé e da capacidade contributiva.

5. DAS PROVIDÊNCIAS FUTURAS

Não sendo acolhido o presente requerimento, reserva-se ao contribuinte o direito de recorrer ao Poder Judiciário, seja por meio de Mandado de Segurança, seja por Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária, a fim de garantir o fiel cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade e da capacidade contributiva.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Retirolândia – BA, 17 de julho de 2025

K & K PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 17.350.200/0001-77

Daniel Trabuco da Silva

CPF: 985.555.705-06

Sócio Administrador / Diretor Financeiro